

Estado da publicação: Não informado pelo autor submissor

As contribuições de Hanna Pitkin para o debate sobre as relações entre estado, sociedade e desigualdades no Brasil

Alessandra Maia Terra de Faria

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.6962>

Submetido em: 2023-09-18

Postado em: 2023-10-09 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

AS CONTRIBUIÇÕES DE HANNA PITKIN PARA O DEBATE SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE ESTADO, SOCIEDADE E DESIGUALDADES NO BRASIL

Alessandra Maia Terra de Faria,
<https://orcid.org/0000-0001-5055-7104>
<alessandramtf@puc-rio.br>

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
Rio de Janeiro, Rio de Janeiro (RJ), Brasil

RESUMO: O artigo visa destacar afiliações intelectuais de grupos de pesquisa no Brasil às obras da Professora Emérita de Berkeley, Hanna Fenichel Pitkin, falecida em seis de maio de 2023. Sua vasta produção inclui temas da história do pensamento político europeu, da filosofia da linguagem, da psicanálise, da segunda onda da teoria feminista e da ficção. No Brasil é possível encontrar uma lista referencial intelectual de obras publicadas que dialogam com o seu pensamento. Sua leitura permite observar que, a partir da temática da representação política em contexto democrático presente em abordagens teóricas contemporâneas, um conglomerado de temas conexos se apresenta, bem como filiações e afinidades intelectuais podem ser identificadas sobre a relação entre estado, sociedade e as desigualdades no país.

Palavras-chave: intelectuais, representação, sociedade, desigualdades, democracia.

HANNA PITKIN'S CONTRIBUTIONS TO THE DEBATE ON THE RELATIONSHIP BETWEEN STATE, SOCIETY AND INEQUALITIES IN BRAZIL

ABSTRACT: The article aims to highlight intellectual affiliations of research groups in Brazil with the works of Professor Emerita at Berkeley, Hanna Fenichel Pitkin, who passed away on May the sixth, 2023. Her vast production includes themes from the history of European political thought, the philosophy of language, psychoanalysis, second wave feminist theory and fiction. In Brazil it is possible to find an intellectual reference list of published works that dialogue with her thoughts. Its reading allows us to observe that, based on the theme of political representation in a democratic context present in contemporary theoretical approaches, a conglomerate of related themes is presented, as well as intellectual affiliations and affinities can be identified regarding the relationship between state, society and inequalities in the country.

Keywords: intellectuals, representation, society, inequalities, democracy.

INTRODUÇÃO

A dinâmica de uma política democrática que tenha em seu horizonte a justiça e uma sociedade de pessoas livres são assuntos cujas pesquisas frequentemente estão em diálogo com as obras de Hanna Pitkin. O presente trabalho visa destacar a afinidade intelectual de grupos de pesquisadores brasileiros com tal perspectiva interdisciplinar. As mudanças observadas ao longo do tempo na sua obra nos desafiam e permitem destacar os desafios políticos de seu tempo e do tempo presente. Os paradoxos conceituais que destaca continuam atuais, e a própria filósofa se recriava e revia seus

posicionamentos, de modo reflexivo e autocrítico sobre suas análises. Tal influência se faz sentir nos esforços de distintos grupos de pesquisa brasileiros em dialogar com suas obras e estabelecer laços intelectuais com suas reflexões, bem como de editoras e revistas universitárias que contribuíram para tal esforço que envolve afinidade, trabalho e divulgação acadêmica.

HANNA PITKIN NO BRASIL

Muito citada na literatura sobre representação no Brasil, optamos metodologicamente aqui, contudo, por elaborar um breve histórico das traduções de sua obra, para identificar também os campos do pensamento político e social que mais receberam sua influência. Ao estabelecer uma linha do tempo das traduções de Pitkin no Brasil, a mais antiga tradução de seus textos que se tem notícia data de 1979, em obra então organizada por Fernando Henrique Cardoso e Carlos Estevam Martins. Neste sentido, é possível destacar, com a literatura, que as décadas de 1950 e 1970 observaram um período de expansão e consolidação da tradução de livros de ciências sociais no Brasil (Nóbrega, 2021). Pesquisas examinaram as condições institucionais desse processo, seja com ênfase na criação de cursos universitários, institutos de pesquisa e programas de pós-graduação (Miceli, 2001), seja na trajetória dos intelectuais ou grupos de maior destaque (Arruda, 2001; Almeida, 2001; Brasil Jr, 2013), mentores e suas clientelas (Limongi, 2001), dentre outros aspectos.

A editora responsável pela iniciativa, a Companhia Editora Nacional, de Octalles Marcondes Ferreira, vinha de uma tradição consolidada de publicação de livros didáticos e de estudos sobre o Brasil. Desde os anos 1940, tornou-se um local privilegiado para a publicação de obras de intelectuais vinculados à Universidade de São Paulo e à Escola Livre de Sociologia e Política. Com a criação da coleção Biblioteca Universitária, a editora estabeleceu um novo vínculo com o universo cultural brasileiro. A coleção foi dividida em séries, cada uma cobrindo uma área de conhecimento específica. As ciências sociais compunham a série dois da coleção e a coordenação ficou a cargo de Florestan Fernandes. Nóbrega (2021) destaca que a revisão técnica foi adotada como parte da lógica de construção de uma política editorial de tradução, no caso da Zahar Editores, e servia para verificar e adequar as traduções, evitando que subvertessem conceitos e terminologias próprias de áreas especializadas de conhecimento. Autores como Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, César Guimarães, Otávio Guilherme Velho e outros assinaram a revisão técnica de traduções da Zahar.

Neste contexto, como observado, a mais antiga tradução dos textos de Hanna Pitkin que se tem notícia data de 1979, em obra então organizada por Fernando Henrique Cardoso e Carlos Estevam Martins (Cardoso e Martins, 1979). O tema geral da relação estado e sociedade se destacava ali como uma premissa inicial de sua recepção dentre os que buscavam discutir o país. Na coletânea brasileira, a questão dos partidos é apresentada como um tema principal, com atenção especial à complexidade e múltiplas formas de abordagem. Ao trazer o tema das organizações partidárias e da ideologia, da relação entre partido e estado, os autores buscam informar como tais assuntos “complementam a análise”, ao enfatizar a questão da base social dos partidos (Cardoso e Martins, 1979, p.3).

É interessante observar como os autores salientam o termo “*delegada*” (Cardoso e Martins, 1979, p. 4) para descrever como, por que e sob que circunstâncias a vontade de indivíduos e grupos poderia ser delegada a outros indivíduos e grupos, como os partidos. Chama atenção para quem lê a tradução, que o termo não apareça nenhuma vez no trecho traduzido (Cardoso e Martins, 1979, p. 8-22). Por outro lado, ao longo do tempo, a literatura teórica sobre representação política tem-se

centrado na questão de saber se os representantes devem agir estritamente segundo o poder que lhes é incumbido ou delegado - *delegate*, ou em livre interpretação do poder que lhes é dado em confiança, como *trustee*. No caso, parece que os autores recomendam a primeira opção. Os representantes que agem segundo o poder que lhes é delegado, são aqueles cuja atuação segue as preferências expressas pelos seus constituintes. Trata-se da clássica discussão que contrasta as propostas entre James Madison e Edmund Burke, tendo em vista os dilemas sobre a atuação dos representantes. A concepção de representação política entre delegação e livre escolha pelos representantes impõe exigências concorrentes e contraditórias ao comportamento dos representantes, as semelhanças e diferenças entre a concepção de representação segundo Madison e Burke é longamente discutida por Pitkin no capítulo nove de sua obra sobre o tema (Pitkin 1967, 190-208).

Se, por um lado, as concepções de representação com enfoque na responsabilidade pelo poder delegado prezam pela pluralidade de interesses na política, e que os representantes sigam as preferências dos seus constituintes, por outro, as concepções burkeanas demandam que os representantes individualmente sigam o seu próprio julgamento sobre o curso de ação adequado a adotar. Trata-se, por consequência, de exigências contraditórias. Hanna Pitkin argumenta que tais aspectos não deveriam ser simplesmente conciliados, haja vista a natureza paradoxal do conceito de representação. Em vez disso, analistas devem minuciar tal paradoxo, recomendando que os cidadãos salvaguardem a autonomia tanto do representante como daqueles que são representados. A autonomia do representante é preservada ao permitir-lhe tomar decisões com base na sua compreensão dos interesses de quem é representado. Nesse sentido, segundo Pitkin, as avaliações sobre os representantes dependerão do assunto debatido e do ambiente político em que o representante atua, do contexto. Para a compreensão dos padrões variados e conflitantes que perpassam o conceito de representação, parece razoável evitar conjuntos fixos de diretrizes, em especial se tomado seu trabalho precursor (Pitkin, 1972). Ou seja, padrões para avaliar representantes desafiam generalizações. Neste sentido, pessoas em geral, especialmente em contexto democrático, provavelmente discordarão profundamente sobre o que quem as representa deveria fazer.

A relevância da atuação dos representantes de modo responsivo às pessoas que os elegeram, ressalta-se aqui, pode ser um fio condutor das preocupações daqueles intelectuais brasileiros que publicaram a primeira tradução de Pitkin no Brasil com os demais. Como será demonstrado a seguir, também será uma conexão do desenvolvimento no Brasil de estudos a partir do conceitual pitkeano. Do ponto de vista intelectual, é interessante marcar também a dinâmica espacial e reflexiva entre o ISEB, o contexto e o desenvolvimento, segundo propostas de pluralismo e abertura para driblar a censura na tríade São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais (cada qual com suas peculiaridades), e a própria história da Revista Brasileira de Ciências Sociais (Arruda, 2001, p.325). Fazia parte do vocabulário comum e das presenças partilhadas por Cardoso e Martins naquele momento os caminhos entre o Chile, a Argentina, o Peru, a Venezuela, a USP, o Cebrap, a Cepal. No Rio de Janeiro, Cardoso destaca o contato com Maria da Conceição Tavares e Carlos Lessa. Em 1978, a primeira presta concurso público para a vaga de professora titular na Universidade Federal do Rio de Janeiro, com a Tese *Ciclo e Crise: o movimento recente da economia brasileira*. Aprovada, foi nomeada Professora titular da UFRJ e também eleita membro do Conselho de Ensino de Graduação da UFRJ para o quadriênio 1978/1982 (Melo, 2019, p. 50; Cardoso, 2021, p. 124).

Ressalte-se ainda que Carlos Estevam Martins também atuou no ISEB, lugar de uma sociologia que se pensa e os seus dilemas, conforme a tradição de Guerreiro Ramos (Almeida, 2001, p. 254-255). Martins também elaborou o manifesto do Centro Popular de Cultura (CPC) da União Nacional dos

Estudantes (UNE), fundado em 1961, foi professor do Departamento de Ciência Política da USP e membro do Cebrap (Berlinck, 1984). No caso de Fernando Henrique Cardoso, vale destacar para o propósito do artigo, que lecionou no Departamento de Ciência Política em Stanford (1972) na Califórnia, e em 1981 retornaria para lecionar no Departamento de Sociologia em Berkeley (Cardoso, 2021, 164). Foi muito provavelmente desses trânsitos intelectuais descritos por Cardoso que o contato com a obra de Hanna Pitkin se estabeleceu. Ainda hoje é possível destacar a relevância do pensamento de Pitkin no eixo Berkeley-Stanford para a construção do campo de discussão política sobre o tema da representação (Dovi, 2018). No mesmo ano (1978), em que se formava também o Institut d’Histoire du Temps Présent (IHTP), com figuras como François Bédarida, no outro lado do Atlântico, Cardoso relata que publicava nos Anais da École de Hautes Études *Towards Another Development*, que seria reproduzido em muitas línguas.

No mesmo ano de 1978, a preocupação com a vida política e social brasileira levou Cardoso a participar com um relato sobre o que acontecia no Brasil “no plano político e dos direitos humanos” (Cardoso, 2021, p. 170) para o presidente Jimmy Carter que decidira vir ao país. O então presidente Carter encontrou Cardoso e dom Eugenio Sales, no Rio de Janeiro, o que provocou forte irritação em círculos militares de então. Como observa Cardoso, não seriam apenas políticos que tomaram partido e se jogaram em campanhas eleitorais ou trabalharam para que elas de fato ocorressem. Foi nesta mesma época que sindicatos e lideranças de movimentos operários foram cruciais. Lutavam contra o arrocho salarial, mas alinharam as lutas com o entendimento de que sem a redemocratização não haveria avanços significativos.

Neste sentido, as publicações acerca da relevância dos partidos neste momento também interagem e se envolviam com a resistência no país aos “arbítrios do autoritarismo” (Cardoso, 2021, p. 202), jornalistas e professores universitários, em especial nas reuniões da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência). Até mesmo as igrejas, nos dizeres de Cardoso “levaram seus fiéis a entender que chegou o momento de dizer ‘basta’” (Cardoso, 2021, p. 202). Os movimentos em defesa dos direitos humanos, e, um pouco depois, em favor da anistia, marcavam a descontinuidade das práticas de outrora. Cardoso considera que não se tratava de uma transição branda de um tipo de regime a outro, mas de um longo período de movimentos na sociedade.

A sociologia que se pensa e a relação academia e política também pode ser observada por mais alguns detalhes do contexto político às vésperas de 1979, ano em que é lançada a obra *Política & Sociedade*, com o texto de Hanna Pitkin em destaque, como a primeira entrada sobre as organizações e os movimentos políticos. Em 1978, dez anos depois de retornar do exílio no Chile, Fernando Henrique Cardoso saiu candidato ao senado pelo MDB de São Paulo, nesta empreitada contou com a influência de Lula para pedir votos aos operários do ABC, no primeiro ano das greves que ora iniciavam, e do mergulho na transição, do intelectual na política (Cardoso, 2021,180-183).



Lula e Fernando Henrique distribuindo panfletos no ABC Paulista (1978), Foto: Acervo Fernando Henrique Cardoso

É interessante perceber como o traço principal da reflexão de Pitkin mobiliza a dinâmica dialética entre a teoria e a prática (Reis, 2010; Archanjo, 2011; Madruga Monteiro *et al.*, 2015, Monteiro, Moura, Lacerda, 2015), e diz respeito à normatividade, as relações possíveis entre estado e sociedade, e, portanto, ao construtivismo, aos paradoxos, às crises, e aos amálgamas entre a dinâmica da representação e da participação políticas. Ou seja, a partir da primeira tradução de 1979, é possível diagnosticar uma continuidade no tempo de inquietações práticas e filosóficas partilhadas. Ou seja, a partir da perspectiva do presente grupo de trabalho de que refletir sobre o pensamento social no Brasil envolve a pluralização da compreensão e da prática do que é pensamento social e seus impactos nas mudanças da própria sociedade.

Uma questão relevante sobre o tema de gênero, permite também a conexão entre a primeira publicação e as demais. Ressalte-se a observação de Maria Arminda (Arruda, 2001, p. 334) sobre a “feminização” da carreira de ciências sociais em São Paulo, quando comparada com Minas Gerais, e as dificuldades de inserção nos quadros profissionais. Se observada a tradução, podemos ressaltar que Hanna Pitkin e Rosa Luxemburg são as únicas duas mulheres traduzidas num universo de vinte autores selecionados. Pitkin, apesar de ser o primeiro texto da coletânea, é citada como “O texto de Pitkin foi escrito para servir de introdução a uma antologia. Nele o autor situa historicamente a evolução da ideia de representação” (Cardoso e Martins, 1979, p.4). Como é possível perceber, a apresentação de uma obra seminal e relevante sobre o assunto, trazendo a principal autora como “autor”, corrobora a indicação da literatura (Pinheiro, 2016) sobre as dificuldades para o reconhecimento da produção intelectual de mulheres no Brasil, mesmo quando não são brasileiras.

Os esforços mais recentes e conhecidos de tradução dos textos de Hanna Pitkin datam de 2006, 2013, 2015 e 2023, consecutivamente, e corroboram tais aproximações nas quais a sub-representação de gênero, de mulheres, de pessoas pretas e pardas e a exclusão social são temas a destacar, que dialogam com as análises de Pitkin. Sendo assim, no momento pós-*virada linguística*, pós-Wittgenstein, a recomendação é mais participação. Ou seja: representação canônica, por um lado, e representação com mais modos de participação, por outro, marcam dois momentos intelectuais

distintos da autora. Marcam também um movimento intelectual particular de amadurecimento das reflexões e retorno ao tema do seu primeiro livro nos seus outros textos, o diálogo com o pensamento de Maquiavel e Hannah Arendt, e a ampliação da discussão sobre a questão de gênero em suas obras. Ainda que a autora não se furte de comentar como ficava claro na sua própria escrita a generalização do homem como ator (não apenas dela, mas de todo o cânone de seu tempo), a perspectiva e a conceituação do performar e da performance, do processo representativo, da imagem, da fala, dos insights e do cotidiano são contribuições seminais para os estudos posteriores que ela desenvolve sobre a mulher e a filosofia (Pitkin, 2023).

O segundo momento do tempo no Brasil, portanto, agrupará todas as demais versões vertidas ao português sobre os escritos da autora. Dentre elas, a tradução “Representação. Palavras, instituições e ideias” elaborada por Wagner Pralon Mancuso e Pablo Ortellado, ambos professores da Escola de Artes e Humanidades da USP, do texto que Pitkin publica em 1989, e é publicado no Brasil em 2004, na Revista Lua Nova. A discussão sobre a representação política e mais participação nas políticas públicas era o tema norteador do debate de um dossiê que sairia em seguida, onde Adrian Lavallo e Cícero Araújo (Lavallo e Araújo, 2008) ressaltavam as críticas internas à democracia vivenciadas nas mobilizações contraculturais dos anos 1960. A associação do pensamento de Hanna Pitkin às discussões da teoria democrática e dos modelos participativos no Brasil, possuem ecos dos desenvolvimentos dos estudos da autora em relação à Hannah Arendt e Wittgenstein, cuja verificação já se mostrava perceptível, se atentada a bibliografia referencial de argumentação do artigo de 2004.

Em geral, tais temas mobilizam a discussão entre representação descritiva, substantiva e simbólica como enfoque de sua elaboração, e os problemas conceituais que engendram em sua dinâmica. Ensejam também reflexões sobre a representatividade em ambientes parlamentares e extraparlamentares, sobre legitimidade, multiculturalismo, teorias da justiça, legitimidade, performance e possibilidades de ação política e social. Como esteio das discussões sob sub-representação posteriores, destacamos na Revista Brasileira de Ciências Sociais, já mencionada, que será publicado em 2013, o texto original de 1989, “Gênero e política no pensamento de Maquiavel”, com tradução de Roberto Cataldo Costa e revisão de Flávia Biroli. Sobre o tema da justiça, trajetórias e performance também contribuirá a publicação da entrevista “Uma conversa com Hanna Pitkin”, elaborada por Alessandra Faria para o Boletim CEDES, no Rio de Janeiro.

Finalmente, em *Wittgenstein e a Justiça*, Pitkin (2023) apresenta em seu texto uma dupla ênfase, na preocupação do entendimento e da compreensão do como filosofar, sem deixar de lado o rigor da análise frente às incoerências cotidianas, à imaginação sociológica e à pessoa que as investiga. Nesse sentido, a segunda Pitkin trabalhará os nós górdios da representação, a necessidade de sua crítica, a legitimidade, a ideia de justiça, o falseamento, e os modos de pesquisa, a contribuição intelectual possível e como ela se relaciona com a ação política, a inação que a democracia de massas contemporânea vivencia como malaise política: a distância entre representantes e representados, a simulação ou estelionatos eleitorais, a mentira contada como verdade. Para lidar com tais questões, Pitkin retoma a discussão da democracia clássica e dos modernos, ou seja, do social e do político, dos gregos, da proposta representativa e seu interpelar pela linguagem, o chamado contexto da filosofia da linguagem ordinária, e suas regiões de linguagem.

Tais enfoques alcançam abordagens diversas ao longo do tempo no Brasil, seja de cunho infra institucional (Loureiro, 2009, D’ávila Filho, Lima, Jorge, 2011, De Faria, 2012), interinstitucional (Costa, Araújo, Fittipaldi, 2016), ou exterior a qualquer instituição e, portanto, no bojo social, nas

eleições, em conselhos, em movimentos sociais, em ambientes parlamentares e contextos federativos (Avila, 2009; Moura, 2011; Bijos, 2012, Salgado, 2012, Avelar, 2014), ou nas cidades (Araujo, 2006; Avritzer, 2007; Abers e Keck, 2008; Abreu, 2015; Roso, 2015). Se padrões representativos não poderiam prescindir do voto e do sufrágio como instâncias cruciais para garantir normativamente a sua legitimidade (Lousao, 2011), as ênfases apresentadas para a representação formal, descritiva, substantiva e simbólica que estão presentes em *The Concept of Representation* (1972) – ponto de partida para qualquer estudante de ciências sociais que deseja aprofundar os estudos sobre representação política, e marco inicial da carreira de Pitkin como autora – ultrapassam os limites da obra.

Elas tomam formas variadas para além da filosofia e da teoria política (Faria, 2020), visto que abrem espaço para análises que discutem a política (e o político), a sociedade (e o social) e a democracia (Santos, 2011; Silva e Ubaldo, 2018; Santos, 2019), as instrumentalizam para a discussão de questões como direitos fundamentais (Mendes, 2008 Pereira, 2014), equidade (Sacchet, 2012; Campos, 2015, Santos e Barros, 2018; Júnior e Alves, 2019), justiça e mulheres togadas (Bogéa, 2021), gênero (Orsato, 2013; Avelar, 2014; Kerstenetzky, 2017 Peixoto, Goulart, Silva, 2017 Pereira, 2017) e teorias feministas (Miguel e Biroli, 2009; Rangel, 2012; Rabenhorst e Camargo, 2013; Biroli, 2017; Rezende, 2017), participação (Lüchmann, 2007; Mendes, 2007; Lavallo e Vera, 2011; Ingram, 2011; Lima, 2013; Fedozzi e Martins, 2015), políticas públicas e social democracia (Kerstenetzky, 2017), partidos (Lisowski, 2017; Facio e Gomes, 2019), familismo (Romero e Kerstenetzky, 2015), formas de governo (Dolhnikoff, 2008, 2009), legitimidade (Ribeiro, 2004; Silva, 2013), crise (Ávila, 2020;), movimento estudantil (Rodrigues e Gugliano, 2017), neoliberalismo (Benedito, 2019; Carvalho e Coser, 2016), sub-representação (Ferreira, 2021), representatividade (Miguel, 2000, 2003, 2005; Mezzaroba e Boschi Moreira, 2013; Ribeiro, L. e Ribeiro, B. 2020; Duarte, 2018), judicialização (Machado, 2013), mandatos coletivos (Ribeiro, 2021); tais que o próprio falseamento (Ituassu, 2015; Ferreira, 2017), a crítica da crise (Maia e Faria, 2021), e a crítica da representação se ampliam no processo (Aires, 2009; Magalhães, 2012; Almeida, 2013; Alkmin, 2013; Mudesto, 2015, Venturini e Villela, 2016; Alves e Arraes Filho, 2017; Simão, 2021; Souto e Sampaio, 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ação política, alienação, formas de vida, análise perspicua, fatos e valores, ética, moralidade e estética, a liberdade e o seu exercício na e pela linguagem, sua semântica e a relação objetividade/subjetividade estão dentre os muitos assuntos que Pitkin elabora no extenso estudo *Wittgenstein e a Justiça*, a ser publicado este ano na Anpocs, em Campinas, pelas editoras Puc-Rio e Loyola. A extensa pesquisa de Hanna Pitkin sobre a representação política – um desses temas que, como é comum se dizer, podem ocupar uma vida inteira de pesquisa – permite amplo exercício e possibilidades analíticas a respeito das desigualdades para aos que se dedicam à análise das palavras, ações, performances e seus significados em situações de participação política.

No Brasil é possível encontrar uma lista referencial intelectual de obras publicadas que dialogam com o seu pensamento. Sua leitura permite observar que, a partir da temática da representação política em contexto democrático presente em abordagens teóricas contemporâneas, um conglomerado de temas conexos se apresenta, bem como filiações e afinidades intelectuais podem ser identificadas sobre a relação entre estado, sociedade e as desigualdades no país. As relações

ultrapassam e conectam campos sobre o desenvolvimento, a economia, as instituições, a política, a imprensa, bem como da atividade intelectual e o mundo do trabalho, universitário ou não. A formação de revistas, editoras pelo país, a consolidação e profissionalização da atividade de traduzir e estar em contato com redes internacionais de reflexão, também são permeadas por compromissos com a agenda da equidade em contexto democrático, a luta pelos direitos humanos, pela transição à democracia que se distende na dimensão e tensão entre política e prática nas universidades, na sociedade e nas profissões públicas, bem como da sociedade civil organizada.

Professora dedicada, talentosa e admirada pelas pessoas que passaram por suas aulas, diz-se que o brilhantismo e a perspicácia de Hanna Pitkin combinavam com a disposição de intercalar longos silêncios em seminários e comentários críticos inabaláveis e copiosos sobre textos. Ao mesmo tempo, em 2023, ano de seu falecimento, a University of California at Berkeley criou uma página que hoje recebe depoimentos e celebra sua memória. Inúmeros relatos atestam sua acolhida afetuosa e humor notável na relação docente, combinando responsabilidade, rigor e comedimento em suas críticas. Ao debater as contribuições de uma referência mundial da teoria política, docência acolhedora e valores democráticos, este artigo visou demonstrar como tais reflexões e práticas também teceram tramas no Brasil. Que a eternidade lhe seja breve.

REFERÊNCIAS

- Abers, R. e Keck, M. (2008), “Representando a diversidade. Estado, sociedade e ‘relações fecundas’ nos conselhos gestores”, *Caderno CRH*, v. 21, pp. 99-112.
- Abreu, M. A. (2015), “Mulheres e representação política”, *Rev. Parlamento e Sociedade*, São Paulo, v. 3, n. 5, jul.-dez., pp. 27-44.
- Aires, M. (2009) “A dimensão representativa da participação na teoria democrática contemporânea”, *Revista Debates*, v. 3, n. 2, pp. 12-38.
- Alkmim, A. C. (2013), “O Paradoxo do Conceito de Representação Política”, *Teoria & Pesquisa, Revista de Ciência Política*, São Carlos, V. 22, n. 1, pp. 56-71.
- Almeida, D. (2013), “Representação política: A relação contingente entre representação e legitimidade democrática sob a perspectiva da sociedade civil”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 28, n. 82, pp. 45-66.
- Almeida, M. H. T. (2001), “Dilemas da Institucionalização das Ciências Sociais no Rio de Janeiro”, in Miceli, S. (org.), *História das Ciências Sociais no Brasil*, Sumaré, São Paulo: volume 1, pp. 223-256.
- Alves, L. e Arraes Filho, M. (2017), “A representação política feminina na Assembleia Legislativa Piauiense (1998-2014)”, *Revista de História da UESPI*, v. 7, n. 1, pp. 136-157.
- Araújo, C. (2006), “Representação, retrato e drama”, *Lua Nova, Revista de Cultura e Política*, São Paulo, n. 67, pp. 229-260.
- Archanjo, D. (2011), “Representação política. Um diálogo entre a prática e a teoria”, *Revista de Sociologia e Política*, v. 19, pp. 65-83.

Arruda, M. A. N. (2001), “A Modernidade Possível: Cientistas e Ciências Sociais em Minas Gerais”, in Miceli, S. (org.), *História das Ciências Sociais no Brasil*, Sumaré, São Paulo: volume 1, pp. 277-368.

Avelar, L. (2014), “Onde as mulheres se representam? Avenidas da representação extraparlamentar das mulheres brasileiras”, *Gênero*, Niterói, v. 14, n. 2, pp. 29-50.

Avila, C. (2009), *Recall - a revogação do mandato político pelos eleitores. Uma proposta para o sistema jurídico brasileiro*, Tese de Doutorado em Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Ávila, J. (2020), “Crise da democracia representativa e crise da representação”, *Revista Caboré*, v. 1, n. 2, pp. 33-42.

Avritzer, L. (2007), “Sociedade civil, instituições participativas e representação. Da autorização à legitimidade da ação”, *Dados*, v. 50, pp. 443-464.

Benedito, S. (2019), “Sobre o caráter da representação política em contextos de neoliberalismo e austeridade. Uma análise a partir da sociologia fiscal”, *Leviathan*, São Paulo, n. 17, pp. 1-43.

Berlinck, M. (1984), *O Centro Popular de Cultura da UNE*, Papirus, Campinas.

Bijos, D. (2012), “Representação política e accountability na teia das relações federativas”, *Revista Aurora*, v. 5, n. 2, pp. 81-100.

Biroli, F. (2017), “Teorias feministas da política, empiria e normatividade”, *Lua Nova, Revista de Cultura e Política*, São Paulo, pp. 173-210.

Bogéa, D. (2021), “Mulheres togadas. Diversidade de gênero e perspectivas sociais em cortes constitucionais”, *Revista de Informação Legislativa*, v. 58, n. 229, pp. 103-126.

Campos, L. (2015), “Socialismo moreno, conservadorismo pálido? Cor e recrutamento partidário em São Paulo e Rio de Janeiro nas eleições de 2012”, *Dados*, v. 58, pp. 689-719.

Cardoso, F. H.. (2021), *Um intelectual na política: Memórias*, Companhia das Letras, São Paulo.

Carvalho, B. e Coser, I. (2016), “Multiculturalismo e direitos especiais de representação. O problema dos essencialismos identitários”, *Caderno CRH*, v. 29 pp. 363-379.

Costa, S., Araújo, C., Fittipaldi, I. (2016), “Como as instituições afetam a representação política. Revisitando alguns conceitos”, *Revista de Estudos Internacionais*, v. 8, n. 1, pp. 28-46.

D’ávila Filho, P., Lima, P., Jorge, V. (2011), “Produção legislativa na Câmara Municipal de Rio de Janeiro. Indicações, representação política e intermediação de interesses”, *Desigualdade & Diversidade – Dossiê Especial*, pp. 185-206.

De Faria, C. (2012), *O parlamento aberto na era da internet. Pode o povo colaborar com o Legislativo na elaboração das leis?* Edições Câmara, Brasília.

Dolhnikoff, M. (2008), “Império e governo representativo. Uma releitura”, *Caderno CRH*, v. 21, n. 52, pp. 13-23.

Dolhnikoff, M (2009), “Representação na monarquia brasileira”, *Almanack Braziliense*, n. 9, pp. 41-53.

Dovi, Suzanne, (2018), “Political Representation”, *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*, Zalta, E. (ed.), disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/fall2018/entries/political-representation/> (acesso em: 22 fev. 2022)

Duarte, M. (2018), “A representação parlamentar feminina, 1990-2014”, *Análise Social*, v. 53, n. 229, pp. 1060-1082.

Facio, J. e Gomes, A. (2019), “Partidos políticos, representação e estrutura organizacional partidária. Um debate conceitual”, *Diálogo*, n. 41, pp. 69-80.

Faria, A. M. T. (2020), *Teorias da representação política*, Appris, Curitiba.

Fedozzi, L. e Martins, A. (2015), “Trajetória do orçamento participativo de Porto Alegre. Representação e elitização política”, *Lua Nova, Revista de Cultura e Política*, São Paulo, pp. 181-224.

Ferreira, M. (2021), “Sub-representação política de mulheres. Reflexões a respeito das eleições à vereança no Recôncavo da Bahia”, *Revista de Informação Legislativa*, v. 58, n. 229, pp. 79-101.

Ferreira, N. (2017), “A mídia na construção da representação política”, *Revista Extraprensa*, v. 10, n. 2, pp. 24-44.

Ingram, J. (2011), “Quem é ‘O Povo’? Sobre o sujeito impossível da democracia”, *Revista Direito, Estado e Sociedade*, n. 39, jul.-dez., pp. 98-118.

Ituassu, A. (2015), “e-Representação como comunicação política. Internet e democracia representativa”, *Revista Famecos*, v. 22, n. 2, pp. 115-133.

Júnior, O. e Alves, P. (2019), “Representação substantiva de gênero e raça no Brasil. Análise de casos”, *Novos Rumos Sociológicos*, v. 7, n. 12, pp. 323-363.

Kerstenetzky, C. (2017), “Estará o futuro da social-democracia nas mãos das mulheres?”, *Revista Direito das Relações Sociais e Trabalhistas*, v. 3, n. 1, pp. 102-124.

Lavalle, A. e Vera, E. (2011), “A trama da crítica democrática. Da participação à representação e à accountability”, *Lua Nova, Revista de Cultura e Política*, São Paulo, n. 84, pp. 95-139.

Lima, P. (2013), “Dilemas e implicações sobre a representação política em espaços participativos”, *Política & Sociedade*, v. 12, n. 24, pp. 177-199.

Lisowski, T. (2017), *Perda de mandato parlamentar. Sugestões de reforma do sistema brasileiro para aprimoramento da representação política*, Tese de Doutorado em Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Loureiro, M. (2009), “Interpretações contemporâneas da representação”, *Revista Brasileira de Ciência Política*, v. 1, pp. 63-93.

Lousao, A. (2011), “Da representação na política à representação política. Um conceito frente à dupla exigência de legitimidade e pluralidade”, *Cadernos de Ética e Filosofia Política*, v. 1, n. 18, pp. 47-71.

Lüchmann, L. (2007) A representação no interior das experiências de participação. Lua Nova, Revista de Cultura e Política, São Paulo, n. 70, pp.139-170.

Machado, I. (2013), “Democracia, tempo público e poder judiciário. Reflexões sobre a atual judicialização da política nos governos democráticos”, *Perspectivas, Revista de Ciências Sociais*, v. 44, pp. 9-40.

Madruga Monteiro, L. *et al.* (2015), “Teorias da democracia e a práxis política e social brasileira. Limites e possibilidades”, *Sociologias*, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, v. 17, n. 38, pp. 156-191.

Magalhães, P. (2012), “O problema da representação e a construção do povo”, *Revista de História das Ideias*, v. 33, pp. 527-556.

Maia, F. e Faria, A.M.T. (2021), “Crise e populismo. Conceitos e implicações”, *Diversidade e Desigualdade*, Rio de Janeiro, n. 21, pp. 24-40.

Melo, H. P. M. (org.), (2019), *Maria da Conceição Tavares: vida, ideias, teorias e política*, Fundação Perseu Abramo, São Paulo.

Mendes, C. (2008), *Direitos fundamentais, separação de poderes e deliberação*, Tese de Doutorado em Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Mendes, D. (2007), “Representação política e participação. Reflexões sobre o déficit democrático”, *Revista Katálysis*, v. 10, pp. 143-153.

Mezzaroba, O. e Boschi Moreira, A. (2013), “Instituto da representação política e seu significado na democracia indireta”, *Anales de la Facultad de Ciencias Jurídicas y Sociales*, ano 10, n. 43, pp. 222- 234.

Miceli, S. (org.), (2001), *História das ciências sociais no Brasil*, 2ª ed., vol. 1, Vértice/Idesp, São Paulo.

Miguel, L. e Biroli, F. (2009), “Mídia e Representação Política Feminina. Hipóteses de pesquisa”, *Opinião Pública*, V. 15, N. 1, pp. 55-81.

Miguel, L. (2000), “Teoria política feminista e liberalismo. O caso das cotas de representação”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 15, pp. 91-102.

Miguel, L. (2003), “Representação política em 3-D. Elementos para uma teoria ampliada da representação política”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 18, n. 51, pp. 123-140.

Miguel, L. (2005), “Impasses da accountability. Dilemas e alternativas da representação política”, *Revista de Sociologia e Política*, pp. 25-38.

Monteiro, L., Moura, J., Lacerda, A. (2015), “Teorias da democracia e a práxis política e social brasileira. Limites e possibilidades”, *Sociologias*, v. 17, pp. 156-191.

Moura, J. (2011), “As relações entre arranjo institucional e representação política nos conselhos”, *Ciências Sociais Unisinos*, v. 47, n. 2, pp. 101-107.

Mudesto, R. (2015), *Conciliação política e democracia representativa no Brasil. Reminiscências de uma história conceitual reacionária*, Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora.

Orsato, A. (2013), “*Como mulher e deputada*”. *A presença feminina na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul*, Tese de Doutorado em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Peixoto, V., Goulart, N., Silva, G. (2017), “Os partidos políticos e as mulheres. A sub-representação eleitoral feminina nas eleições proporcionais municipais de 2012”, *Almanaque de Ciência Política*, v. 1, n. 1, pp. 15-29.

Pereira, C. (2017), “Barreiras à ambição e à representação política de LGBT no Brasil”, *Revista Ártemis- Estudos de Gênero, Feminismos e Sexualidades*, v. 24, n. 1, pp. 120-131.

Pereira, J. (2014), “Representação democrática do judiciário. Reflexões preliminares sobre os riscos e dilemas de uma ideia em ascensão”, *Revista Juris Poiesis*, v. 17, pp. 343-359.

Pinheiro, D. (2016), “Jogo de damas: trajetórias de mulheres nas ciências sociais paulistas (1934-1969)”, *Cadernos Pagu*, (46), pp. 165–196.

Pitkin, H. F. (org.), (1969), *Representation*, Atherton Press, New York, 1-21.

Pitkin, H. F. (1979), “O conceito de representação”, in Cardoso, F. H. e Martins, C. E.(orgs.), *Política & Sociedade*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, v. 2, 8-22.

Pitkin, H. F. (1972), *The Concept of Representation*, University of California Press, Berkeley.

Pitkin, H. F. (1984) “... Because of Women”, in Pitkin, H. F. *Fortune Is a Woman. Gender and Politics in the Thought of Niccolò Machiavelli*, University of Chicago Press, Chicago, 109-137.

Pitkin, H. F. (1989), “Representation”, in Ball, T., Farr, J., Hanson, R. (orgs.), *Political Innovation and Conceptual Change*, Cambridge University Press, Cambridge.

Pitkin, H. F. (1993), *Wittgenstein and Justice. On the Significance of Ludwig Wittgenstein for Social and Political Thought*, University of California Press. Berkeley, Los Angeles e Londres.

Pitkin, H. F. (2006), “Representação. Palavras, instituições e ideias”, tradução de W. Mancuso e P. Ortellado, *Lua Nova Revista de Cultura e Política*, São Paulo, v. 67, pp. 15-47.

Pitkin, H. F. (2013), “Gênero e política no pensamento de Maquiavel”, tradução de R. Costa e revisão de F. Biroli, *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n.12, set.- dez., pp. 219-252.

Pitkin, H. F.; Rosenblum, N. (2015), “A Conversation with Hanna Pitkin”, *Annual Review of Political Science*, v. 18, May, pp. 1-10.

Pitkin, H. F.; Rosenblum, N. (2015a), “Uma conversa com Hanna Pitkin”, tradução de A. M. T. Faria, Boletim CEDES, Rio de Janeiro, ago.- dez., pp. 56-68.

Pitkin, H. F. (2023) *Wittgenstein e a Justiça. A relevância de Ludwig Wittgenstein para o pensamento social e político*, Tradução, apresentação e notas de A. M. T. Faria e P. H. Britto, Loyola e PUC-Rio, Rio de Janeiro.

Nóbrega, L. (2021), “A tradução de livros de Ciências Sociais no Brasil: uma análise das publicações da Zahar Editores (1957-1984)”, *Revista Brasileira De Ciências Sociais*, 36(107), e3610710, disponível em <https://doi.org/10.1590/3610710/2021> (acesso em 18/09/2023)

Rabenhorst, E. e Camargo, R. (2013), “(Re)presentar. Contribuições das teorias feministas à noção da representação”, *Revista Estudos Feministas*, v. 21, pp. 981-1000.

Rangel, P. (2012), *Movimentos feministas e direitos políticos das mulheres. Argentina e Brasil*, Tese de Doutorado em Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília.

Reis, F. W. (2010), “Política E Racionalidade. Problemas De Teoria E Método De Uma Sociologia crítica da política”, *Centro Edelstein de Pesquisas Sociais*, Rio de Janeiro, Disponível em: <http://books.scielo.org>. (acesso em: 22 fev. 2022)

Rezende, D. (2017), “Desafios à representação política de mulheres na Câmara dos Deputados”, *Revista Estudos Feministas*, v. 25, pp. 1199-1218.

Ribeiro, Alexsandro (2021), “Mandato coletivo e representação política. Perfil das candidaturas nas capitais nas eleições municipais de 2020”, *Revista de Ciência Política, Direito e Políticas Públicas – Politi (K) Con*, v. 2, n. 1, pp. 12-26.

Ribeiro, L. e Ribeiro, B. (2020), “Democracia Representativa. Considerações acerca da representação política”, *Revista de Teorias da Democracia e Direitos Políticos*, v. 6, n. 2, pp. 36-54.

Ribeiro, M. (2004), “Da capilaridade do sistema representativo. Em busca da legitimidade nas democracias contemporâneas”, *Civitas-Revista de Ciências Sociais*, v. 4, n. 2, pp. 235-256.

Rodrigues, P. e Gugliano, A. (2017), “Processos de participação e representação no movimento estudantil brasileiro (2002-2012)”, *JURIS-Revista da Faculdade de Direito*, v. 27, n. 2, pp. 87-118.

Romero, K. e Kerstenetzky, C. (2015), “Entre o altruísmo e o familismo. A agenda parlamentar feminina e as políticas família-trabalho (Brasil, 2003-2013)”, *Revista Brasileira de Ciência Política*, pp. 119-146.

Roso, A. (2015), “Da representação política à responsabilidade política”, *Revista Jurisprudencia*, ano 4, n. 8 (2015) 169-181.

Sacchet, T. (2012), Representação política, representação de grupos e política de cotas. Perspectivas e contendas feministas. *Revista Estudos Feministas*, v. 20, n. 2, pp. 399-431.

Salgado, E. (2012), “A representação política e sua mitologia”, *Paraná Eleitoral, Revista Brasileira de Direito Eleitoral e Ciência Política*, v. 1, n. 1, pp. 25-40.

Santos, A. (2019), “O que é representação política? Uma breve introdução ao tema”, *Cadernos Cajuína*, v. 4, n. 3, pp. 42-51.

Santos, D. (2011), “Acerca do conceito de representação”, *Revista de Teoria da História*, Universidade Federal de Goiás, ano 3, n. 6, dez., pp. 27-53.

Santos, T. e Barros, A. (2018), “Representação política das pessoas com deficiência na Câmara dos Deputados. A percepção dos representados”, *Revista Brasileira de Ciência Política*, pp. 223-271.

Silva, D. e Ubaldo, B. (2018), “Hobbes, Pitkin e a representação política”, *Problemata-Revista Internacional de Filosofia*, v. 9, n. 4, pp. 125-141.

Silva, E. (2013), *As ressignificações da representação e da legitimidade política. Um estudo sobre representantes no CEDCA-MG*, Tese de Doutorado em Ciência Política, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

Simão, T. (2021), “Os limites da democracia representativa. Atomização, passividade e afastamento da política”, *Griot, Revista de Filosofia*, v. 21, n. 3, pp. 236-247.

Souto, L. e Sampaio, J. (2021), “Mulher e voz. Os desafios à efetividade dos direitos políticos femininos”, *Sequência, Estudos jurídicos e políticos*, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, v. 42, n. 88, pp. 1-28.

Venturini, A. e Villela, R. (2016), “A inclusão de mulheres no parlamento como medida de justiça social. Análise comparativa dos sistemas de cotas do Brasil e da Bolívia”, *Revista Eletrônica de Ciência Política*, v. 7, n. 1, pp. 69-83.

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS DA PESQUISA:

Todo o conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

FINANCIAMENTO: O presente trabalho foi realizado com apoio das Editoras Puc-Rio e Loyola, através da parceria interinstitucional dos Departamentos de Ciências Sociais e Letras da Puc-Rio, e seus respectivos Programas de Pós-graduação em Ciências Sociais e Estudos da Linguagem.

CONTRIBUIÇÃO DAS/DOS AUTORES/AS: não se aplica.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE: não se aplica.

MINIBIOGRAFIAS DA AUTORA DO PAPER. Professora de Ciência Política no Departamento de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPGCS/UFRRJ). Faz parte das redes coletivas Rede Brasileira de Mulheres Cientistas e da Red de Polítólogas #Nosinmujeres.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.